

Um agosto negro na economia

ARNOLFO CARVALHO

Da Editoria de Economia

A segunda metade de julho — quando o vice-presidente Aureliano Chaves estará substituindo o Presidente Figueiredo — é decisiva para reduzir o impacto do “agosto negro” que empresários e economistas estão prevendo para a economia brasileira, caso o País não chegue rapidamente a um novo acordo com o Fundo Monetário Internacional (FMI), para abrir caminho a uma renegociação mais ampla da dívida externa com os banqueiros estrangeiros.

No plano interno o Governo enfrentará crescentes pressões sociais e políticas para adotar, no combate à inflação, um programa que não seja tão recessivo como a receita dos credores externos através do FMI: as grandes greves poderão ceder lugar a pressões generalizadas, que se juntarão às reclamações dos empresários contra a persistência das altas taxas de juros bancários apesar de todos os pacotes de medidas adotadas em junho.

ROTEIRO DE DELFIM

Pelo roteiro deixado pronto pelo Presidente, não restará muita liberdade de ação para Aureliano Chaves: o ministro Delfim Netto deu uma demonstração na prática de que não cederá espaço a nenhum outro “superministro da dívida”, ao viajar em segredo para Londres na quinta-feira com o objetivo de manter contatos com a comunidade financeira e talvez com o próprio gerente do FMI, Jacques de Larossiere, que na sexta-feira já conversou com o embaixador brasileiro em Genebra.

Enquanto isso o ministro Ernane Galvães e o presidente do Banco Central, Carlos Langoni, devem dar continuidade às negociações com a missão do FMI liderada pelo diretor do Departamento do Hemisfério Ocidental, Eduardo Wiesner. Mas a redação da nova “carta de intenções” — documento onde estão as metas que o Brasil promete cumprir dentro do acordo, em troca de assistência financeira por três anos — deverá ficar pronta depois do dia 14, quando assume Aureliano.

A principal dificuldade para chegar à conclusão desta segunda fase de negociação com o FMI — da qual está dependendo a liberação da parcela de US\$ 411 milhões, bloqueada desde maio por causa do não cumprimento das metas do acordo no primeiro trimestre — é a exigência de se acertar antes um novo pacote de empréstimos externos junto aos bancos privados internacionais: os economistas dos bancos já estiveram aqui e foram informados que o Brasil precisará de mais US\$ 3,5 bilhões este ano.

Com a divulgação de um rela-

tório interno do FMI sobre as negociações com o Brasil, com fortes críticas à política econômica adotada até agora, tornou-se claro que a missão quer ter a certeza de que o País contará com um novo pacote de empréstimos dos banqueiros e com a possibilidade de renegociar a dívida externa já vencida e não paga — US\$ 1,5 bilhão até o dia 15, quando vence mais um prazo concedido pelo Banco de Compensações Internacionais (BIS), da Suíça — antes de finalizar a revisão das metas do acordo.

DÍVIDA EXTERNA

Até agora as negociações apresentaram progressos, inclusive com a aparente aceitação, por parte dos técnicos da missão, da revisão de métodos e conceitos utilizados na aferição do desempenho econômico do País sob as rígidas condições do programa de ajuste. Os números relativos às metas de inflação, déficit do setor público e expansão monetária continuaram em discussão com o FMI ao longo da semana, enquanto se aguarda também uma posição do presidente do Comitê de Assessoramento, William Rhodes, sobre o pedido de novos empréstimos para o Brasil.

Este comitê foi formado há poucas semanas, em Nova Iorque, para substituir o esquema anterior de renegociação da dívida externa através dos quatro projetos imaginados pelos ministros da área econômica e pelo presidente do Banco Central. Apenas dois destes projetos parecem ter dado certo — o primeiro, relativo ao empréstimo-jumbo de US\$ 4,4 bilhões assinado em fevereiro, mas cujas próximas parcelas estão bloqueadas até agora porque o contrato as vinculava à liberação das parcelas do FMI; e o segundo, através do qual o País transformou US\$ 4 bilhões de amortizações vencíveis este ano em novos empréstimos de longo prazo.

Os outros dois projetos — restabelecimento de US\$ 8,8 bilhões de linhas de crédito para importações e exportações, e reabertura de US\$ 8,5 bilhões em crédito interbancário nas agências de bancos brasileiros no exterior — apresentaram problemas desde o início, e agora até o relatório do FMI dá a entender que não terão sucesso. No exterior acredita-se que os Projetos 3 e 4 fracassaram e já estão substituídos, na prática, pelo novo pedido de crédito formulado através do Comitê de Assessoramento — um grupo de 14 grandes bancos que passou a gerenciar o dia-a-dia da renegociação da dívida externa brasileira, calculada hoje acima de US\$ 92 bilhões.

O grande trunfo com que conta o Brasil — embora dificilmente seja acionado pelo Governo Aureliano — ainda é a

ameaça sobre o sistema financeiro mundial: se o Brasil entrar em inadimplência (**default**), dezenas e dezenas de bancos quebrarão, arrastando atrás grandes multinacionais e causando estragos sem precedentes na história financeira do Ocidente. Por isso mesmo está ocorrendo a atual onda de boatos sobre uma iminente moratória brasileira, que servem antes de tudo aos especuladores que jogam com a alta do ouro.

AMEAÇA INTERNA

No plano interno o governo Aureliano enfrentará problemas econômicos que são decorrência do estrangulamento das contas externas: recessão, desemprego, achatamento dos salários, altas taxas de juros, restrição creditícia, corte nos investimentos, aumento dos impostos e desorganização das finanças públicas, inclusive dos Estados e Municípios etc. Dentro deste quadro, as manifestações públicas e greves representam a expressão da crise social e econômica, com ameaça à estabilidade política do regime brasileiro em fase de transição para a plena democracia.

Paradoxalmente, as greves em São Paulo ajudaram o Governo na tentativa de arrancar do FMI condições menos rigorosas no programa de ajuste econômico: o próprio ministro da Fazenda, Ernane Galvães, já deixou claro à missão que o País vive hoje em democracia, sofrendo portanto as consequências sob a forma de greves e paralisações, passeatas e pressões políticas de toda ordem — e que isto tudo deve ser levado em consideração quando se exige novos arrochos nos salários.

Com a entrada em cena do vice-Presidente da República ficará ainda mais difícil para o FMI conseguir que o Governo altere a política salarial para substituir os reajustes semestrais automáticos pelo processo de negociação coletiva, como pretende aquele organismo dentro da linha de combate à inflação de quase 130% nos últimos doze meses. O assunto continuará sendo encaminhado através do Congresso, por intermédio da Emenda Jutahy Magalhães que vem despertando tanto interesse durante as reuniões com a missão no Palácio do Planalto.

Finalmente, Aureliano herdará um importante trunfo: o Brasil já garantiu no primeiro semestre praticamente a metade do superávit comercial de US\$ 6 bilhões que prometeu à comunidade financeira para este ano, e tudo indica que poderá ultrapassar esta meta caso as exportações continuem aumentando e, agora, caso a paralisação de refinarias não seja usada como desculpa para o País aumentar novamente as importações de petróleo.